

184

184

CARLOS ALBERTO TEIXEIRA SERRA

184

CARLOS ALBERTO TEIXEIRA SERRA

IVº CURSO DE ATUALIZAÇÃO

SOBRE

ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS

CONDIÇÕES ESTRUTURAIS E DINÂMICAS DA POPULAÇÃO BRASILEIRA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

FORUM DE CIÊNCIA E CULTURA

1974

dupl.

184

CARLOS ALBERTO TEIXEIRA SERRA

- Licenciado e Bacharel em Geografia e História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1965).
- Professor Associado do Departamento de Geografia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1966-).
- Professor efetivo do Estado da Guanabara (1967).
- Consultor da Transplan-Economia de Transportes e Planejamento da Localização (1970 - 73).
- Diretor dos Departamentos de História e de Geografia da mesma Universidade (1970 - 74).
- Professor Titular da Faculdade de Formação de Professores do Estado do Rio de Janeiro (CETRERJ) (1973 -).
- Sócio Efetivo da Associação dos Geógrafos Brasileiros (1973-)
- Decano Interino do Centro de Ciências Sociais da mesma Universidade (fev./março - 1973).
- Coordenador do 1º Ciclo de Graduação do Centro de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1974).

S U M Á R I O

1.	Introdução	1
2.	A Estrutura da População Brasileira	2
3.	A Dinâmica da População Brasileira	13
4.	Conclusões	22

1. INTRODUÇÃO

Ao estudarmos a população de um país ou região podemos fazê-lo adotando enfoques diferentes. No presente caso, estudaremos a população brasileira sob o ponto de vista geográfico.

Enquanto a Demografia trata da natureza intrínseca da população, dos atributos e princípios sistemáticos que governam sua composição, suas conotações sócio-econômicas, seu comportamento e suas mudanças, a Geografia da População estuda os fatos demográficos no meio geográfico, isto é, trata do modo pelo qual o caráter geográfico dos lugares é formado por um conjunto de fenômenos de população. Esse conjunto varia tanto no espaço como no tempo, em função de suas próprias leis de comportamento, agindo uns sobre os outros e relacionando-se com fenômenos não demográficos. Assim, a Geografia da População estuda os aspectos espaciais da população no contexto da natureza global dos lugares.

Desse modo, a Geografia da População considera 2 (dois) níveis distintos de reflexão: - a simples descrição da localização da população e a explicação dessa localização espacial e suas características; - a análise geográfica dos fenômenos da população. As inter-ligações entre as diferenças espaciais da população em relação a todos ou alguns elementos da área em estudo.

No estudo geográfico de um grupo humano há 3 (três) aspectos a serem considerados:

1º) o aspecto quantitativo, onde identificamos os valores absolutos e relativos e a repartição da população;

2º) o aspecto qualitativo, onde diferenciamos as características diversas de uma população, como a estrutura profissional, a distribuição segundo o tipo de habitação, o grau de instrução, a estrutura segundo sexos e idades, a composição racial, a nacionalização, o estado conjugal, a discriminação segundo a religião;

3º) o aspecto dinâmico, que se refere a evolução do

grupo humano e seus movimentos.

Nesta monografia nos deteremos basicamente na análise dos aspectos qualitativos e dinâmicos de nossa população.

2. A ESTRUTURA DA POPULAÇÃO BRASILEIRA

A composição da população brasileira, segundo algumas de suas características principais, é o objeto desta parte do presente trabalho. Na impossibilidade do exame detalhado de todas essas características, selecionamos a população rural e urbana, a estrutura profissional, o sexo e a idade, o grau de instrução e a composição racial como os aspectos estruturais principais da nossa população.

2.1. População Urbana e Rural

Com critério quantitativo, que consiste em considerar urbana a população presente em aglomerações com mais de 2.000 (dois mil habitantes), verificamos uma rápida predominância, no Brasil, da população urbana que, de acordo com as tabulações avançadas do Censo de 1970, representava um pouco mais da metade da população do país ou seja, 55%.

Apesar disso, se compararmos esta proporção com a dos países mais desenvolvidos notamos que a urbanização brasileira ainda se distancia muito da alcançada pela Europa e América do Norte.

Tem proporções de população urbana mais elevadas do que o Brasil não só os países de povoamento antigo, como o Reino Unido, a França e a Alemanha, mas também alguns de povoamento recente como a Argentina, na América do Sul, e o Canadá e os Estados Unidos, na América do Norte. (QUADRO II).

QUADRO I

POPULAÇÃO URBANA NO BRASIL E NAS ÁREAS DESENVOLVIDAS E EM DESENVOLVIMENTO, SEGUNDO OS CENSOS DE 1959 e 1960

ESPECIFICAÇÃO	POPULAÇÃO URBANA (%)	
	1950	1960
Brasil	36	45
<u>Áreas desenvolvidas</u>		
Europa	53	58
América do Norte	61	70
<u>Áreas em desenvolvimento</u>		
Ásia Oriental (exceto Japão)	15	23
Ásia Meridional	16	18
América Latina Tropical	41	49
África	14	18

Em bases nacionais, uma comparação pode ser feita entre as percentagens brasileiras e a dos países mais populosos em 1960:

QUADRO II

POPULAÇÃO URBANA (%)

<u>Brasil</u>	45		
<u>Grupo desenvolvido</u>		<u>Grupo em desenvolvimento</u>	
União Soviética	49	China Continental....	16
Estados Unidos	70	Índia	18
Japão	77	Indonésia	15
Alemanha Ocidental	77	México	51
Reino Unido	78	Turquia	26
França	61	Filipinas	30
Argentina	71	Nigéria	17
Canadá	69	Paquistão	13

FONTE: Boletim Estatístico - Ano XXIX - nº 115 - 1971

No QUADRO III vemos que a população urbana do Brasil teve um ritmo de crescimento bastante acelerado na década de 60, enquanto a população rural apresenta taxas bem menores e mesmo negativas, como é o caso de Minas Gerais-Espírito Santo, Rio de Janeiro-Guanabara, São Paulo.

QUADRO III

POPULAÇÃO URBANA E RURAL, POR REGIÕES, 1960/70

FONTE: Sinopse Preliminar do Censo Demográfico de 1970, FIBGE/IBGE.

Regiões	População (1.000 hab.,)				Taxas Anuais de Crescimento (%)		
	Urbana		Rural		Pop. Urb.	Pop. Rural	Pop. Total
	1960	1970	1960	1970			
RD,AC,AM							
PA,RO,AP	983	1.649	1.618	2.001	5,3	2,2	3,4
MA,PI	747	1.333	3.009	3.439	6,0	1,4	2,4
CE,PE,PB							
RN,AL,FN	4554	7.086	7.368	8.322	4,6	1,2	2,6
SE,BA	2.380	3.562	4.371	4.933	4,1	1,3	2,3
MG,ES	4.368	6.902	7.010	6.361	4,7	-1,0	1,5
RJ,GB	5.301	8.013	1.409	1.097	4,2	-2,5	3,1
SP	8.150	14.432	4.825	3.526	4,9	-3,0	3,3
PR	1.328	2.547	2.968	4.451	6,7	4,1	5,0
SC,RS	3.141	4.887	4.455	4.799	4,5	0,7	2,5
MT,GO,DF	1.053	2.493	1.954	2.647	9,0	3,2	5,6
Brasil	32.005	52.905	38.988	41.604	5,2	0,7	2,9

Os limites superiores do crescimento da população urbana são dados pelas regiões de Maranhão-Piauí, São Paulo, Paraná, Centro-Oeste, sendo que destas a região de São Paulo é a única que apresenta crescimento negativo da população rural; os casos mais marcantes de povoamento generalizado são as regiões do Paraná e Centro-Oeste, cujas populações rural e urbana cresceram acima da média. Salienta-se que nestas duas regiões, mesmo o crescimento da população rural superou a média geral do país na década (2,9%).

Minas Gerais-Espírito Santo foi a região que apresentou a maior perda relativa de população, já que, ao lado de um crescimento abaixo da média no meio urbano, associou-se uma diminuição da população rural.

De acordo com os dados de 1970, verificamos que a urbanização é máxima no Sudeste e mínima no Nordeste. Naquela região a população urbana já constitui 73, % da população total, enquanto nesta última apenas 41, %. As demais regiões apresentam índice de urbanização intermediários.

Uma das tendências mais importantes da população nacional é o aumento contínuo e acelerado da população urbana em todas as unidades da Federação, consequência do próprio crescimento vegetativo das cidades como também do aumento migratório. Esse processo de urbanização reflete o progresso da industrialização do país, que tende a incrementar as migrações do excesso de mão-de-obra rural para as cidades e a reestruturar os fatores produtivos na agricultura pela substituição da mão-de-obra por máquinas, e, conseqüentemente, a aumentar a produtividade agrícola.

A urbanização da população brasileira se faz de duas formas:

- pelo crescimento continuado dos centros existentes sobretudo das grandes e médias cidades;
- pelo surgimento de novos centros urbanos.

Em suma, observamos que, a população do Brasil sob o ponto de vista da população urbana e rural é uma população em profunda transformação, com grande urbanização, mas concentrada em algumas regiões e de modo particular nos grandes centros urbanos (QUADRO IV).

2.2. Estrutura Profissional

Dentre os aspectos relevantes que caracterizam a estrutura de uma população, ressaltam, pela sua influência no desenvolvimento do país, as atividades principais exercidas pelos componentes da mesma população. São essas atividades que representam o grau de domínio do meio pelo homem, sendo, portanto, a sua análise de grande interesse para o geógrafo.

QUADRO IV

CRESCIMENTO DAS CIDADES MAIS POPULOSAS DO BRASIL-1960/70

Cidades	1960	1970	Taxa de Crescimento Anual (%)
Rio de Janeiro(GB)	3.307.163	4.315.746	2,7
São Paulo (SP)	3.164.804	5.241.232	5,1
Recife (PE)	788.569	1.070.078	3,1
Belo Horizonte(MG)	642.912	1.126.368	5,7
Salvador (BA)	630.878	1.017.591	4,9
Porto Alegre (RS)	617.629	887.338	3,7
Belém (PA)	359.988	572.654	4,8
Fortaleza (CE)	354.942	529.933	4,1
Curitiba (PR)	344.560	497.626	3,7
Santo André (SP)	230.196	417.275	6,2
Total	10.441.641	15.675.841	4,1

FONTE: Sinopse Preliminar do Censo Demográfico de 1970, FIGBE / IBE.

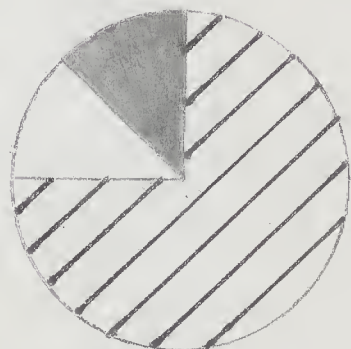
No estudo desse aspecto estrutural da população brasileira, consideramos além das atividades primárias, secundárias e terciárias, as atividades domésticas, escolares e as atividades mal definidas, incluídas nas condições inativas.

Quando analisamos a população do país, segundo a distribuição por ramos de atividades, notamos uma diferença profunda entre a população masculina e a feminina, de vez que as atividades extra-domésticas são exercidas principalmente pelos homens e as domésticas pelas mulheres. (GRÁFICO I).

A nossa população ativa tem crescido em ritmo muito mais lento do que a população total: em 1950/60 o aumento da população ativa foi de 25% e de 1960 a 1970, 28% aproximadamente, enquanto a população total nesses períodos cresceu respectivamente de 36% e 39%.

É comum se caracterizar o estágio de desenvolvimento

DISTRIBUIÇÃO POP. DE 10 ANOS E MAIS, SEGUNDO AS GRANDES CLASSES DE ATIVIDADES, POR SEXO - 1970



HOMENS



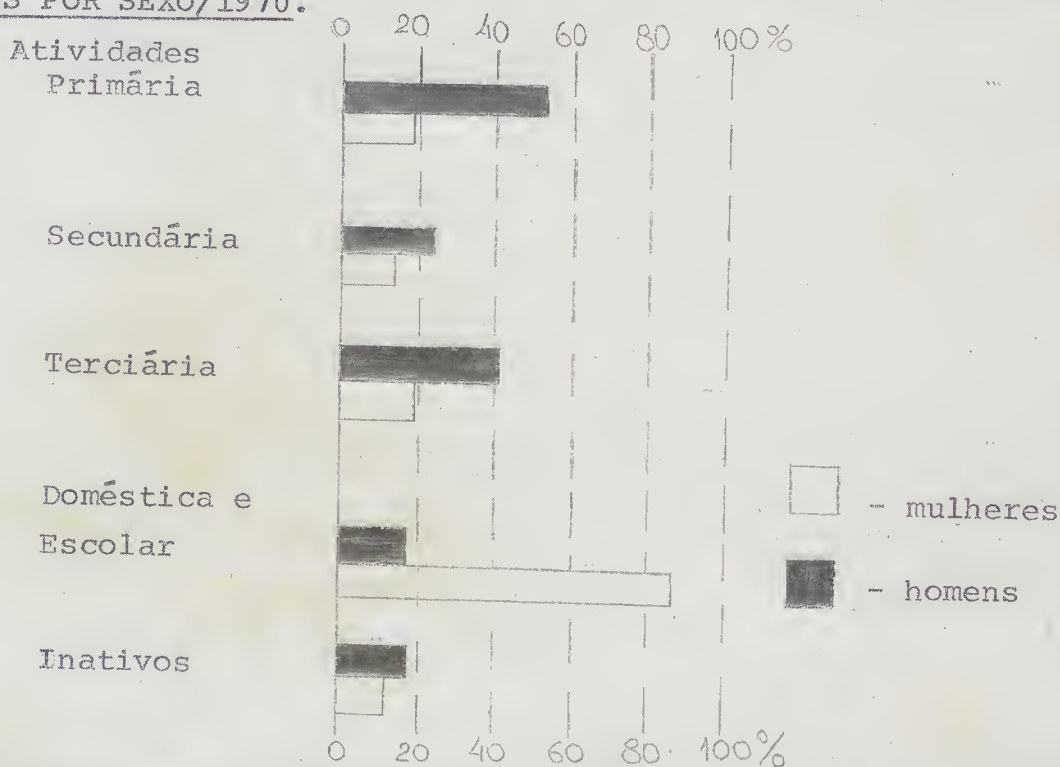
MULHERES

 - Atividade extradoméstica

 - Inativos

 - Atividade doméstica e escolar

DISTRIBUIÇÃO POPULAÇÃO COM MAIS DE 10 ANOS, SEGUNDO AS ATIVIDADES POR SEXO/1970.



econômico de um sistema pela posição relativa da população ativa segundo os setores profissionais (setores de atividades).

Uma característica marcante do Brasil e de todos os países em desenvolvimento é a participação relativa cada vez menor da população que se dedica as atividades primárias (agricultura, extrativismo e pecuária), ao mesmo tempo que a renda

gerada nesse setor vai perdendo no contexto nacional sua importância relativa.

O desenvolvimento industrial provoca o aumento gradativo da população ocupada no setor secundário, estimulando também o aumento no setor serviços (GRÁFICO II).

Em resumo, são as seguintes as principais características da população brasileira quanto a ocupação:

- elevada cota de crianças, incapazes de exercer qualquer atividade econômica;
- baixa proporção de pessoas ocupadas permanentemente nas atividades extradomésticas (setores primário, secundário e terciário);
- elevada cota de adolescentes, os quais são limitadamente e com baixo rendimento podem participar;
- predominância das atividades agropastoris e progressivo declínio dessas atividades;
- pequena extensão das atividades de transformação industrial e uma tendência ao aumento rápido de importância dessas atividades.

2.3. Sexo e Idade

Na população nacional há um equilíbrio relativo entre ambos os sexos - 998 homens para cada 1000 mulheres. Esse equilíbrio não constitui a regra nos diversos países do globo (QUADRO V).

QUADRO V

COMPARAÇÕES INTERNACIONAIS ENTRE OS SEXOS HOMENS POR 1000 MULHERES

Brasil	996
Argentina	1039
Canadá	1025
Portugal	927
França	931

NOTA - elaboração baseada em dados do Demographic Yearbook, United Nations, 1966 (exceto para o Brasil)

Nos países de forte imigração a proporção de homens ultrapassa de longe a das mulheres (Ex: Argentina e Canadá). Nos países de forte emigração acontece o contrário. (Ex: Portugal).

QUADRO VI

DISTRIBUIÇÃO POR IDADES NA POPULAÇÃO BRASILEIRA/1970 (%)

Faixas de Idade	População Urbana	População Rural
0-4	13,12	17,18
5-9	13,29	15,51
10-14	12,20	12,91
15-19	11,03	10,84
20-24	9,33	8,67
25-29	7,30	6,67
30-34	6,58	5,50
35-39	5,91	4,89
40-44	5,29	4,30
45-49	4,11	3,47
50-54	3,40	2,99
55-59	2,71	2,30
60 e mais	5,51	3,60
Ignorada	0,20	0,17
TOTAL	100,00	100,00

FONTE: Tabulações Especiais do Censo Demográfico de 1970
FIBGE, IBE.

Lembramos também, que existe um fator constante da predominância numérica do sexo feminino sobre o masculino, pelo menos nos países de civilização ocidental, que é a maior duração média da vida entre as mulheres.

Em relação a idade a população brasileira se caracteriza pela sua extrema juventude. Há uma forte proporção de pessoas nas idades infantis e adolescentes (0 a 19 anos), uma proporção menor nas idades maduras (20 a 59 anos), e uma fraca

proporção nas idades senis (60 anos e mais) (QUADRO VI).

A característica de juventude fica ressaltada na seguinte comparação:

QUADRO VII

<u>País</u>	<u>Jovens</u>	<u>Adultos</u>	<u>Velhos</u>
Brasil	52%	44%	4%
E.U.A.	34%	54%	12%
França	29%	54%	19%
<u>IDADE</u>	<u>0 a 19</u>	<u>20 a 59</u>	<u>60 e mais</u>

Como vemos o contraste é muito acentuado entre a população do Brasil e a da França (QUADRO VII)

Apesar das possibilidades futuras do país serem grandes, atualmente a elevada proporção de crianças e adolescentes representa evidentemente, uma considerável carga para a economia nacional.

Considerando como economicamente ativos os habitantes de 15 a 64 anos de idade - cuja produção excede ao consumo - e, como economicamente passivos os de 0 a 14 anos e os de mais de 65 anos - cujo consumo excede a produção - verificamos que na população brasileira (1960), ascendeu a 39,2 milhões os primeiros e a 31,8 os segundos.

Concluimos assim, que para 1000 pessoas economicamente ativas encontram-se aproximadamente 779 economicamente passivos, proporção muito elevada, como podemos julgar pela comparação: Argentina (540 economicamente passivos); França (564 economicamente passivos); Inglaterra (516 economicamente passivos).

O problema econômico criado pela elevada proporção de crianças nos países de população muito jovem é resolvido pela participação de grande número dessas crianças nas atividades produtoras, trazendo como consequência o trabalho precoce, principalmente no meio rural. Entre os principais inconvenientes do fato, citamos: o êxodo escolar, a baixa produtividade e os

problemas de saúde.

É preciso que não nos esqueçamos, porém, que a extrema juventude da população brasileira, se de um lado gera des vantagens econômicas atuais, mas passageiras, de outro representa a garantia do nosso rápido crescimento vegetativo, indispensável à efetiva ocupação do território nacional.

A população brasileira uma das mais jovens do mundo; contudo, se apresenta em fase de evolução, no sentido de um lento "envelhecimento", representado pela diminuição paulatina das proporções de crianças e adolescentes e pelo contínuo aumento de indivíduos em idade maduras e senis.

Esse "envelhecimento" constitui um benefício para a economia nacional, de vez que o ônus que representa a população economicamente improdutiva, pela idade, reduz-se de forma gr dativa.

A ocupação do território, favorecida pela extrema juventude de nossa população, acompanhada pelo crescimento da industrialização e urbanização, é um importante fator de redução da natalidade, do "envelhecimento" da população e da diminuição da carga econômica que pesa sobre a mesma; mas, para que a evolução da população do país se processe favoravelmente, cumpre atenuar, no presente, os efeitos econômicos do acelerado crescimento demográfico até o seu declínio futuro. Com esse objetivo, necessário se faz, aumentar o rendimento do trabalho e a capacidade de produção do homem brasileiro, quer pela elevação de seu nível cultural, quer pela melhoria de suas condições de saúde, quer pela orientação planejada da aplicação de suas atividades produtivas.

2.4. Grau de Instrução

A instrução pública no Brasil está ainda em atraso. O índice de alfabetização do país vem sofrendo intensa alteração. A proporção dos habitantes de 5 anos e mais que declararam sa ber ler e escrever, no censo de 1940, foi de 38,2% apenas, ele vou-se esse índice a 42,7% em 1950, e a 60,6% em 1960.

Os índices genéricos para o país escondem diferenças regionais interessantes. O Sudeste e o Sul apresentam a mais elevada proporção de alfabetizados; o Nordeste a mais baixa.

Em posição intermediária encontram-se o Norte e o Centro-Oeste. A cota de alfabetização masculina é mais elevada do que a feminina em todas as regiões.

A forte variação da proporção de alfabetizados está condicionada, principalmente às diferentes características sócio-econômicas de cada região. O Nordeste, com problemas sociais e econômicos sérios se caracteriza por proporções de alfabetizados muito baixas no quadro nacional. O Sul e o Sudeste com forte desenvolvimento industrial apresentam proporções elevadas. O fator urbanização, reflexo de outros fatores, influi fortemente sobre o nível de alfabetização.

No Brasil as regiões mais urbanizadas apresentam índice de alfabetização mais elevadas. O grau de alfabetização das áreas urbanas (68%) é superior ao das áreas rurais (28%).

2.5. Composição Racial

A população brasileira é resultante de três grupos étnicos diferentes, havendo o predomínio dos indivíduos de cor branca descendentes dos povos atlanto-mediterrâneos (portugueses, italianos e espanhóis) e em menor escala dos alemães, eslavos e sírios-libaneses entre outros.

Pierre Deffontaines em Geografia Humana do Brasil, pág. 65, observou - "O Brasil é o único país tropical em que os brancos estão em imensa maioria".

A afirmação acima é comprovada pelos dados dos recenseamentos. Em 1872 os brancos correspondiam a 38,14% da população total, na época. Em 1890, a percentagem elevou-se para 43,97%. Em 1940 a percentagem de brancos era de 63,47% da população do país. Em 1950 era de 61,66% do total. Em 1960 a população branca correspondeu a cerca de 54,0% da total.

O decréscimo acentuado dos indivíduos de cor branca, verificado no período de 1940-60, não anula a observação de Deffontaines, pois foi compensado pelo aumento da percentagem dos mestiços (pardos), que passaram de 21,20% para 34,0% no mesmo período. Isso significa intensificação do processo de mestiçagem e, conseqüentemente, uma tendência para o embranquecimento da população, uma vez que o mestiço demonstra preferências,

em seu cruzamento, pelo tipo branco.

QUADRO VIII

POPULAÇÃO SEGUNDO A COMPOSIÇÃO RACIAL-1960 (%)

Branços	54,0
Mestiços	34,0
Negros	10,0
Amarelos	1,8

Mas, devemos notar que essa composição não é uniforme em todo o país. Ao contrário, ela apresenta características diferentes nas diversas regiões oficialmente admitidas.

A proporção dos brancos atinge o máximo regional de 84,4% no Sul e o mínimo de 31,3% no Norte.

A proporção dos pretos e mestiços, em conjunto, atinge o máximo regional de 68,4% no Norte e o mínimo de 10,5% no Sul.

A percentagem dos amarelos atinge o máximo de 1,9% no Sudeste, tornando-se insignificante nas demais regiões. Os amarelos do Sudeste constituídos por japoneses imigrados para o país encontram-se concentrados no Estado de São Paulo.

Reflete-se assim, na coloração da pele dos habitantes do Brasil, a história do seu povoamento: influência acentuada dos negros nas áreas onde a vida econômica teve maior desenvolvimento no período da escravatura e menor nas regiões onde a imigração européia apresentou traço acentuado na sua estrutura demográfica.

3. A DINÂMICA DA POPULAÇÃO BRASILEIRA

3.1. O Crescimento Demográfico. As Taxas de Crescimento

O ritmo de crescimento da população brasileira é um dos mais vigorosos no quadro mundial.

1870 - 9.930.478 habitantes

1970 - 94.508.554 habitantes

Porém este ritmo de crescimento não tem sido regular (QUADRO IX).

QUADRO IX

<u>Período</u>	<u>Aumento Percentual</u>
1872-1890	2,4
1891-1900	2,1
1901-1920	3,7
1921-1940	1,7
1941-1950	2,6
1951-1960	3,6
1961-1970	3,4

A imigração foi somente um fator secundário dessa progressiva e acelerada expansão demográfica. Este crescimento tornou-se possível em virtude do nível excepcionalmente elevado da natalidade, apesar do elevado nível da mortalidade.

3.1.1. O Crescimento Vegetativo

O crescimento vegetativo ou natural da população de um país resulta da diferença entre natalidade e mortalidade , num certo período.

Os dados publicados no Brasil, quer sobre a natalidade, quer sobre a mortalidade, além de raramente abrangerem todo o território, apresentam descontinuidade no tempo. Nos últimos anos, porém, vem-se realizando alguns estudos complexos neste setor de nossa demografia promovidos, principalmente pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Natalidade - relação entre a população total e o número de nascidos vivos, expressa através do coeficiente de natalidade que é, para um determinado período, o número de nascimentos em relação a 1000 habitantes.

com relação ao Brasil, encontramos o coeficiente

médio de natalidade geral de 44 nascimentos por 1000 habitantes, nos anos próximos a 1970. Coeficiente elevado, se nos lembrarmos que a natalidade de um país pode ser considerada baixa se o seu coeficiente for inferior a 20, média quando esse coeficiente estiver entre 20 e 40 e alta quando ultrapassa a 40.

Nos Estados do Piauí e Ceará, o coeficiente de natalidade atinge 48, e em várias outras unidades da Federação (Rondônia, Acre, Amazonas, Amapá, Roraima, Rio Grande do Norte, Paraíba, Sergipe, Alagoas, Espírito Santo), 47. No Paraná, Rio de Janeiro e Santa Catarina o coeficiente de natalidade varia entre 44 e 46. Apenas em três Estados, Guanabara (25), São Paulo (27) e Rio Grande do Sul (38), o coeficiente de natalidade é inferior à média do Brasil.

Os Estados da Guanabara e São Paulo apresentam coeficientes próximos aos dos países desenvolvidos, indicando os efeitos do longo processo de urbanização no coeficiente de natalidade.

A forte natalidade observada no Brasil corresponde a uma elevada fecundidade feminina. A proporção média anual das crianças nascidas vivas por 1000 mulheres em idade de procriar (15 a 49 anos) ascende a 180-184 no país, em comparação com 85 nos Estados Unidos da América, 68 na França, 73 na Argentina e 59 na Alemanha Ocidental.

A fecundidade feminina em nosso país apresenta-se bem menor nas populações urbanas (120), do que nas populações rurais (202).

Mortalidade - relação entre a população total e o número de óbitos, expressa pelo coeficiente de mortalidade-número de mortos em 1000 pessoas.

Com um coeficiente médio de 15 óbitos por 1000 habitantes, coloca-se ainda o Brasil como um país de alta mortalidade. Esta é agravada pela taxa de mortalidade infantil (160) com sequência das precárias condições sanitárias, principalmente no meio rural.

Em síntese, ressaltadas as diferenças entre as regiões geoeconômicas do Brasil, podemos, pois, enquadrá-lo como

demograficamente jovem-elevados coeficientes de natalidade e de mortalidade, intenso crescimento vegetativo e baixo índice de vida média (45 a 50 anos) ou esperança de vida ao nascimento*. Característica confirmada, como vimos anteriormente, pela estrutura da população, nos seus vários aspectos.

3.1.2. A Participação da Imigração Estrangeira

Até o início do século XIX a imigração foi constituída, exclusivamente, por portugueses e pelos escravos de origem africana, cuja importação se prolongou até 1850. Entre 1885 e 1888, com a certeza da abolição da escravatura, começa a se desenvolver uma imigração de outras nacionalidades além da portuguesa.

O período de 1885 a 1930 aparece como um período de grande imigração, devido à insignificância da imigração anterior e posterior a essa data. O número máximo atingido pela entrada de imigrantes foi de 1.129.000 na década 1891-1900, mas na década 1931-1940 esse número diminuiu para 218.000. Em um século o total de imigrantes livres entrados no país não passou de cerca de cinco milhões (QUADRO X)

QUADRO X

Imigrantes no Brasil após 1884

1884-1893 ...	883.668	1924-1933 ...	737.223
1894-1903 ...	826.110	1934-1943 ...	197.238
1904-1913 ...	1.006.617	1944-1953 ...	348.443
1914-1923 ...	503.981	1954-1963 ...	586.248

Após 1940 a imigração decresceu acentuadamente devido à política de restrições, tanto por parte dos países de emigração, como do próprio Brasil, mediante o estabelecimento de cotas de imigração.

* Vida média ou esperança de vida é a duração média que se obtém, repartindo igualmente, entre os sobreviventes da mesma idade, o número de anos que ainda viverão.

Imigração Portuguesa

Entre os europeus, o elemento português é aquele que se identifica mais com os brasileiros. Dois grupos preponderaram: um de tipo mediterrâneo, de estatura variável, e outro de estatura mais alta, do norte de Portugal.

Além do elemento metropolitano, os portugueses vieram de Ilhéus, Açores e Madeira, sobretudo para trabalhar na agricultura da cana-de-açúcar ou ainda como soldados.

No século XVIII houve uma forma de imigração dirigida de famílias vindas dos Açores ou da Madeira, fixando-se estas na Amazônia e no extremo-sul da colônia.

A localização nos dois extremos, norte e sul, teve como objetivo assegurar o domínio luso através do "uti possidetis", na definição das fronteiras territoriais em 1750 e, posteriormente, em 1777.

A esse elemento português, variado, etnicamente diverso, deve-se o trabalho de colonização do Brasil. Era um grupo bastante mesclado, no qual figuravam fontes de várias origens, inclusive mouros e judeus.

A descoberta do Brasil e sua colonização verificou-se quando Portugal estava no auge de sua expansão marítima e comercial. O país era o centro das grandes atividades econômicas da época, onde as nações européias se abasteciam de produtos e especiarias oriundas da Índia.

Este espírito comercial e mercantilista marcou exploração econômica do Brasil, inicialmente com a exploração do pau-brasil, depois com a produção do açúcar, produtos de grande procura nos mercados europeus. Estas circunstâncias fizeram com que viessem para o Brasil colônia elementos de vários graus sociais e portadores de culturas diversas.

Depois de nossa independência, continuaram a dirigir-se para o Brasil na qualidade de imigrantes, reforçando o grupo que se fixara no período colonial. Daí encontramos descendentes de lusitanos em todas as classes sociais do povo brasileiro, como em qualquer das regiões geográficas do país.

Imigração Italiana e Espanhola

Embora sem a mesma expansão através do território brasileiro, os italianos e seus descendentes constituem importante elemento de nossa população. Apesar de alguns se fixarem no Brasil durante o período colonial, a imigração italiana só se tornou mais expressiva a partir de 1877. Entraram no país italianos de diversas regiões. Lombardos, genoveses, piemonteses e venezianos foram dos mais destacados entre os que vieram para trabalhar na agricultura, ao passo que calabreses e campônios se fixaram nas cidades. Assim, o Brasil recebeu imigrantes tanto da baixa como da alta Itália. Radicaram-se principalmente em São Paulo, dedicando-se à lavoura do café ou à indústria no meio urbano, no Rio Grande do Sul, onde desenvolveram a indústria vinícola, e em Santa Catarina, exercendo a atividade agrícola, baseada na pequena propriedade." Em outros estados, como por exemplo Paraná e Espírito Santo, aparecem ainda os italianos como agricultores, o que não exclui sua presença em profissões urbanas.

A mais importante contribuição do elemento italiano à economia brasileira foi a difusão da policultura, como reação à monocultura.

De modo geral, pelas condições de sua cultura semelhante à dos portugueses, o elemento italiano não apresentou dificuldades em sua integração na vida brasileira.

Com os espanhóis nossas relações vêm do tempo do Brasil colônia, não somente porque estivemos por 60 anos sob o domínio da Espanha, mas porque os contatos foram intensos nas fronteiras da América espanhola (Rio Grande do Sul e Mato Grosso) .

Desde a abertura dos portos (1808), a entrada de elementos espanhóis tem sido elevada, principalmente na segunda metade do século passado. Encaminhavam-se principalmente para São Paulo, onde trabalhavam como lavradores nas fazendas de café, ou então dedicavam-se à criação de gado e a plantação de banana. Oriundos da Península Ibérica, falando uma língua acessível, fundiram-se sem grandes dificuldades na massa de nossa população .

Imigração Alemã e Japonesa

Os alemães chegados ao país eram tanto da Alemanha do norte como do sul. Foi em 1824 que começaram a entrar no Brasil os primeiros imigrantes vindos, em grande maioria, do Saxe, do Hesse, da Prússia, fixando-se no Rio Grande do Sul e no Espírito Santo. Predominavam, assim, os elementos oriundos da Alemanha do sul, que, chegados ao Brasil, tiveram de enfrentar árduos trabalhos de pioneiros.

A partir de 1850 afluíram novas correntes de imigrantes, cujo maior número provinha da Alemanha do norte. Estes criaram importantes núcleos coloniais em Santa Catarina, além de outros de menor importância no Paraná, São Paulo e Estado do Rio de Janeiro.

Os alemães aqui entrados aceitaram vários dos nossos traços culturais, trazendo-nos suas técnicas aperfeiçoadas, seus tipos de habitação, seus hábitos e cultura. Sua integração à vida brasileira foi lenta e difícil, chegando a criar certos problemas em decorrência de vários fatores (isolamento geográfico e diferenças de língua).

Os japoneses começaram a chegar ao Brasil a partir de 1908, notadamente entre 1913 e 1924, num total superior a 200 mil. Alguns se fixaram na Amazônia, mas a grande maioria se estabeleceu em São Paulo, norte do Paraná e Mato Grosso. Os japoneses, mongólicos e amarelos, crentes do budismo ou xintoísmo, dedicaram-se à atividade agrária, desenvolvendo o plantio de legumes e verduras. Nos centros urbanos preferiram o pequeno comércio.

No Brasil, já há registro de mestiçagem do tipo japonês, mas os traços de cultura ainda são mantidos pelos grupos, principalmente na religião e na organização da família (tipo patriarcal).

Nas atividades agrícolas muitos chegaram a proprietários, dedicando-se ao cultivo de hortas, café, arroz e chá.

Trouxeram para o nosso país o charão, o saquê, o feijão-soja, o cultivo do chá, o cultivo da juta, esta sobretudo na Amazônia.

Integrando-se lentamente na comunidade brasileira, os descendentes, os niseis, já se destacam em diversas atividades no país.

3.2. As Migrações Internas

Entendemos por migrações internas os deslocamentos espaciais de populações ocorridos dentro do território de uma nação.

Logicamente, estes deslocamentos são causados por inúmeros fatores e têm implicações tanto quantitativas como qualitativas para os vários setores sociais e econômicos das comunidades. Esses movimentos geográficos podem cobrir grandes ou pequenas distâncias, ter caráter definitivo ou temporário e serem espontâneos ou induzidos.

O fenômeno das migrações internas se apresenta de duas formas:

- 1º) quanto a extensão do fluxo
 - interregional
 - intraregional

- 2º) quanto a mudança ou não das atividades
 - migrações rurais-rurais (migrações primárias)
 - migrações rurais-urbanas (êxodo rural)
 - migrações urbanas-urbanas
 - migrações urbanas-rurais

Nestes movimentos atuam fatores repulsivos intimamente ligados às condições naturais (clima e qualidade dos solos) e sócio-econômicos (estrutura e propriedade da terra, sistema de comercialização dos produtos agrícolas e dispersão da renda).

Do outro lado, servem como atração a industrialização e a urbanização e as novas áreas em expansão, que apresentam carência de mão-de-obra, melhores salários e condições de trabalho mais favoráveis.

No Brasil os movimentos de migração interna assumem grande importância. Além das correntes dirigidas das zonas rurais para as urbanas e das pequenas cidades para os grandes centros, encontram-se as dirigidas de certas áreas rurais menos favorecidas pela natureza, ou sujeitas a calamidades periódicas, para outras zonas rurais, isentas de flagelos, e possuidoras de condições de clima e solo mais favoráveis.

Achavam-se fora da Unidade da Federação em que nasceram,

30.381.980 indivíduos em 1970. Isto significa que 35% da população total do país realiza algum tipo de migração, transferindo-se do seu local de nascimento para qualquer outro município. Em cada três pessoas uma reside num município diferente daquele em que nasceu.

A acentuada diferença entre as taxas de crescimento das populações rural e urbana no período 1960/70 constitui forte indício da intensidade dos fluxos migratórios, com origens no campo e destino para as cidades.

Enquanto a população urbana evoluiu à taxa geométrica de 5,2% anuais a população rural se incrementou à apenas 0,9% ao ano no mesmo período.

Com base nesses dados podemos admitir que 45% do incremento urbano nos anos 60 decorreu diretamente do afluxo de camponeses para as cidades do país.

A par da intensidade do fenômeno, destacamos que essa mobilidade vem ocorrendo com caráter concentrador e fortemente dirigido para os principais pólos urbanos.

Para ilustrar a afirmação acima salientamos que o tamanho médio dos aglomerados urbanos de mais de 20.000 habitantes era de 991 mil indivíduos no último censo. De acordo com o mesmo censo, verificamos que nove áreas metropolitanas principais do país congregam aproximadamente 42% da população residente em cidades e que praticamente metade dessa percentagem se localiza no Grande Rio e no Grande São Paulo. Essas duas áreas contavam com uma população de 14,5 milhões de indivíduos no ano do censo.

No conjunto dos fluxos migratórios as cidades são o destino final da grande maioria. As migrações urbanas-urbanas representam aproximadamente 50% do total do país. Os fluxos rurais-urbanos participam em média com cerca de 20%, os rurais-rurais atingem 25% do total e os urbanos-rurais não chegam a alcançar 5%.

O exame regional também nos mostra a importância crescente das migrações internas no Brasil.

Em 1970, o número de nacionais recenseados fora da

região geo-econômica de nascimento atingia o total de 7,0 milhões de indivíduos, enquanto em 1960, dez anos antes, esse grupamento era de aproximadamente 4,0 milhões.

O confronto desses totais nos mostra que o movimento líquido atingiu a ordem de 3,0 milhões de indivíduos na década e foi muito superior ao 1,9 milhões observados entre 1950/60.

Pelas tabulações do censo de 1970, observamos que dos 29,5 milhões de brasileiros natos residentes em municípios diferentes dos de nascimento, 21,2 milhões efetuaram deslocamento migratórios intraregionais. Isso significa que apenas 8,3 milhões mudaram de região geo-econômica. Em consequência 28,3% dos movimentos líquidos foram interregionais enquanto 71,7% ocorreram intraregionalmente.

Nas últimas décadas as regiões de São Paulo e da Guanabara-Rio de Janeiro perderam o isolamento que mantinham como receptoras de migrantes; a extensão da cultura cafeeira ao norte e oeste do Paraná, a partir de São Paulo, constituiu o primeiro passo para a incorporação daquela região como área de imigração; a partir de 1950-55 a fronteira agrícola foi desviada para a Região Centro-Oeste (sul de Goiás e Mato Grosso); após a constatação de que o Paraná pouco podia oferecer. A colonização do norte e oeste do Paraná foi tipicamente uma obra da iniciativa privada e baseou-se na exploração de pequenas propriedades; no Centro-Oeste a existência de terras contribuiu para o predomínio da grande propriedade, que vem sendo a base da penetração. Aliás, sempre existiu algum incentivo oficial, dentro de um espírito de mística nacional da interiorização do desenvolvimento; a criação de Brasília e a abertura da estrada Belém-Brasília representam frutos do esforço governamental.

4. CONCLUSÕES

A população brasileira, no estágio em que se encontra, já pode ser considerada de primeira ordem sob o ponto de vista quantitativo, mas apresenta problemas no que se refere à sua estrutura e qualidade.

As atividades predominantes são as agropastoris; a importância das atividades de transformação industrial é ainda

relativamente pequena mas está em fase de franca expansão.

A população brasileira apresenta aproximado equilíbrio numérico entre os sexos, elevada proporção de crianças e adolescentes, baixa proporção de velhos e reduzida proporção de estrangeiros.

É relativamente elevada a proporção de elementos economicamente passivos representando considerável carga para a economia nacional.

A instrução pública ainda está em relativo atraso, havendo atingido nível mais elevado nas zonas urbanas e mostrando-se insuficiente nas zonas rurais.

A população nacional continua a crescer rapidamente por causa do forte excedente dos nascimentos sobre os óbitos.

A imigração internacional foi, nos últimos anos, apenas um fator secundário do incremento demográfico.

São intensos os movimentos de migração interna, especialmente do Nordeste para o Centro-Sul do país e das zonas rurais para as cidades, aumentando sobremaneira a proporção de população urbana.

Essas características têm uma influência fundamental sobre a capacidade de utilização máxima de nossos recursos humanos. Sofre a população brasileira limitações impostas por suas próprias condições estruturais e qualitativas.

As principais causas limitativas de nossa capacidade de mobilização humana, são:

- a composição por idade de nossa população que se apresenta jovem. Mais da metade da mesma é constituída por indivíduos de menos de 20 anos. A forte proporção de jovens e adolescentes representa considerável carga econômica.

- as condições de reduzida capacidade física, decorrentes da má alimentação e das deficiências sanitárias.

- o analfabetismo e principalmente a falta de especialização profissional que impedem ou dificultam o emprego da população em maior número de atividades.

As três causas apontadas constituem os aspectos negativos fundamentais de nosso potencial humano.

BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, Manuel Correia de. Paisagens e problemas do Brasil. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1968.
- _____. A terra e o homem do Nordeste. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1964.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL. Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Estatística, 1940 - . v . 1943
- AVILA, F. Bastos de. L'immigration au Brésil. Rio de Janeiro , Agir, 1956.
- AZEVEDO, Aroldo. Brasil, a terra e o homem. São Paulo, Cia.Ed. Nacional, 1970. 2v.
- BARRETO, Castro. Povoamento e população; política populacional do Brasil. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1951."
- BEAUJEU-GARNIER, Jacqueline. Geografia da população. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1971.
- BRASIL. 6. Recenseamento geral do Brasil, 1950. Censos. Rio de Janeiro, 1956. 4 v.
- _____. 7. Recenseamento geral do Brasil, 1960. Sinótese preliminar do censo demográfico. Rio de Janeiro, 1962.
- _____. Serviço Nacional de Recenseamento. 8 . Recenseamento geral do Brasil. 1970. Tabulações avançadas do censo demográfico. Rio de Janeiro, 1971.
- _____. Conselho Nacional de Estatística. Laboratório de Estatística. Contribuição para o estudo da demografia do Brasil .
- CAMARGO, J.F. Êxodo rural no Brasil; ensaio sobre suas formas , causas e conseqüências econômicas principais. Boletim da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da USP. São Paulo, 1, 1957.
- CARVALHO , Alceu V.W.de. A população brasileira; estudo e interpretação. Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Estatística, 1960.
- COSTA, Manuel Augusto. Migrações internas no Brasil. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1971

- DEFFONTAINES, Pierre. Geografia humana do Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro, Casa do Estudante do Brasil, 1952.
- DIEGUES JUNIOR, Manuel. Imigração, urbanização, industrialização. Rio de Janeiro, CBPE/INEP, 1964.
- INSTITUTO DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. Migrações internas no Brasil. Rio de Janeiro, 1973.
- KELLER, Elza C. de Souza. População; novo paisagens do Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro, Fund. IBGE, 1968.
- LAMBERT, Jacques. Le Brésil; structure sociale et institutions. Paris, A. Colin, 1953.
- _____. Os dois Brasís. 2.ed. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1967.
- LIMA, Olga Buarque de. Áreas de população; subsídios à regionalização. Rio de Janeiro, Fund. IBGE, Divisão de Geografia, 1968.
- LOPES, Juarez R. Brandão. Desenvolvimento e mudança social. 2. ed. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1972.
- PANORAMA DA POPULAÇÃO MUNDIAL. Lisboa, Fundo de Cultura, 1965.
- PRADO JUNIOR, Caio. Formação do Brasil contemporâneo. São Paulo, Liv. Martins, 1942 .
- _____. História econômica do Brasil. 15. ed. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1972.
- AS PRESSÕES DA POPULAÇÃO. Rio de Janeiro, ZAHAR Ed., 1965.

